Prezados Magistrados e Prezadas Magistradas,

Apresentamos o compilado das respostas obtidas em questionário aplicado em fevereiro e março do corrente ano (período de 15 dias), com a finalidade de compreender os novos e antigos desafios do dia a dia laboral da magistratura fluminense.

Desde já agradecemos a cada um dos 145 respondentes pelo engajamento e contribuição para o aprimoramento do nosso sistema de justiça.

Sumário

1. MACROTEMAS FAVORITOS 2
2. LEGISLAÇÕES ESPECIAIS FAVORITAS 3
3. MODALIDADE DOS CURSOS 4
4. TEMAS PARA APRENDER FORA DE SALA DE AULA 5

1. MACROTEMAS FAVORITOS

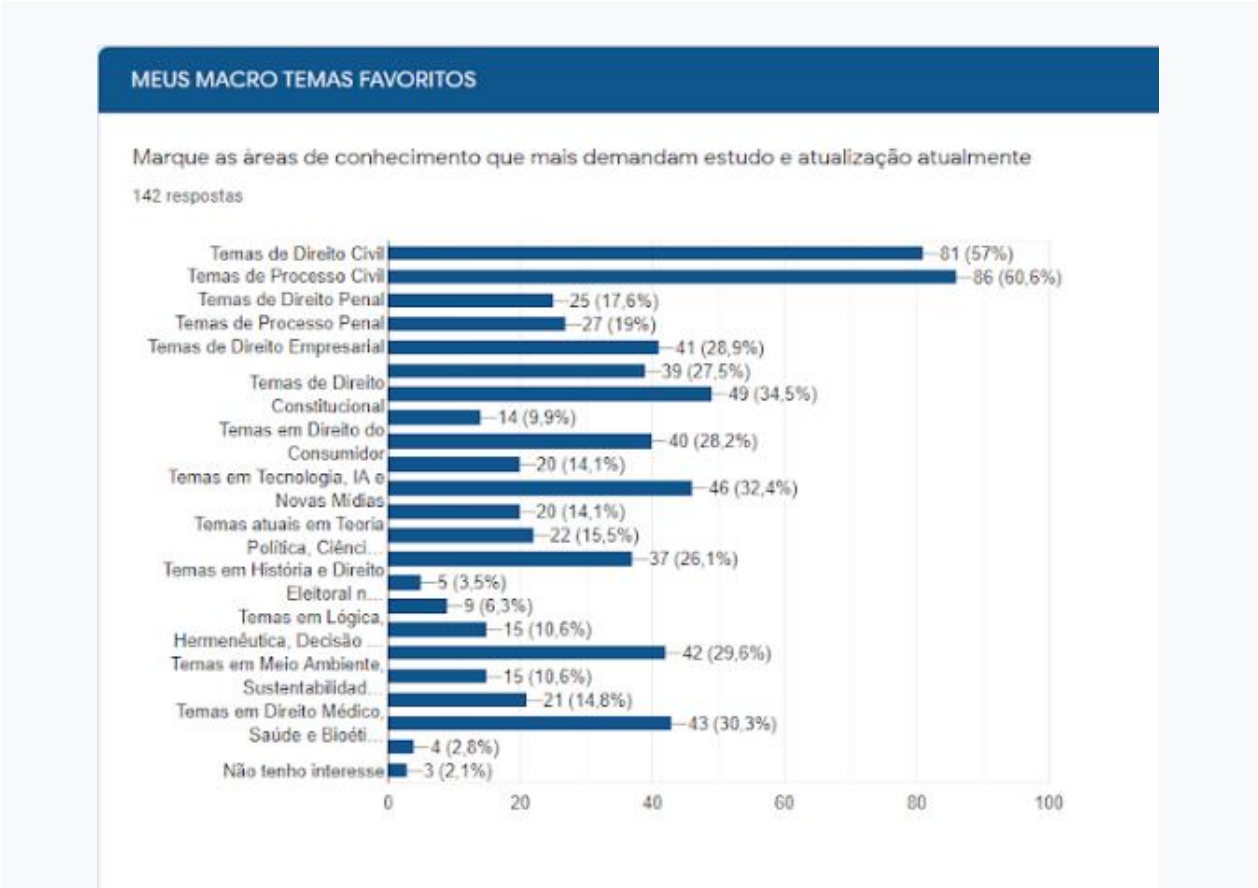

Figura 1- Imagem ilustrativa da dispersão percentual das escolhas de preferência em MACROTEMA para cursos de aperfeiçoamento de magistrados. Pesquisa realizada em fevereiro/março de 2021 pelo DEAMA-EMERJ. Total de 145 magistrados respondentes. Universo: Magistrados e Magistradas do TJRJ.

Os tópicos mais pedidos em respostas discursivas foram temas em Tecnologia, IA e Novas Mídias e Justiça Restaurativa. Além disso, foram solicitados os seguintes temas, especificamente:

(1) Tortura; Cadeia de custódia; Interseccionalidade; (2) Colonialidade; Minorias; Cidadanias; Grupos Vulneráveis; Violência de Gênero; Racismos e Direito à Cidade; (3) Reflexos da pandemia nas relações de consumo e relações sociais; Planos de saúde; Temas em Direito Médico, Saúde e Bioética; (4) Limite de empréstimos consignados; (5) Controvérsia na jurisprudência do TJRJ; Processo de Execução, Admissibilidade em REx; Técnicas processuais diferenciadas; (6) Infância protetiva, ANPP, Pacote Anticrime; Gestão de Precedentes; Colaboração premiada; (7) Crimes do "colarinho branco" (lavagem de capitais, corrupção, fraude à licitação, organização criminosa, etc.); Prisão cautelar; (7) Direito Imobiliário e econômico-financeiro; (8) Sigilo na rede (consumidor); Fraude Cibernética; (9) Direito médico: questões controvertidas sobre o rol da ANS; em direito tributário, créditos fiscais; (10) Direito Sistêmico; (11) Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agenda 2030 (ONU); (12) Intervenção Judicial em políticas públicas; (13) Saúde mental, tecnologias da saúde e neurociência; (13) Autofagia dos deveres dos produtores de leis; (14) Condutas voluntárias transgressoras e violadoras da teoria da representação; (15) Direito Autoral e Direito Industrial.

2. LEGISLAÇÕES ESPECIAIS FAVORITAS

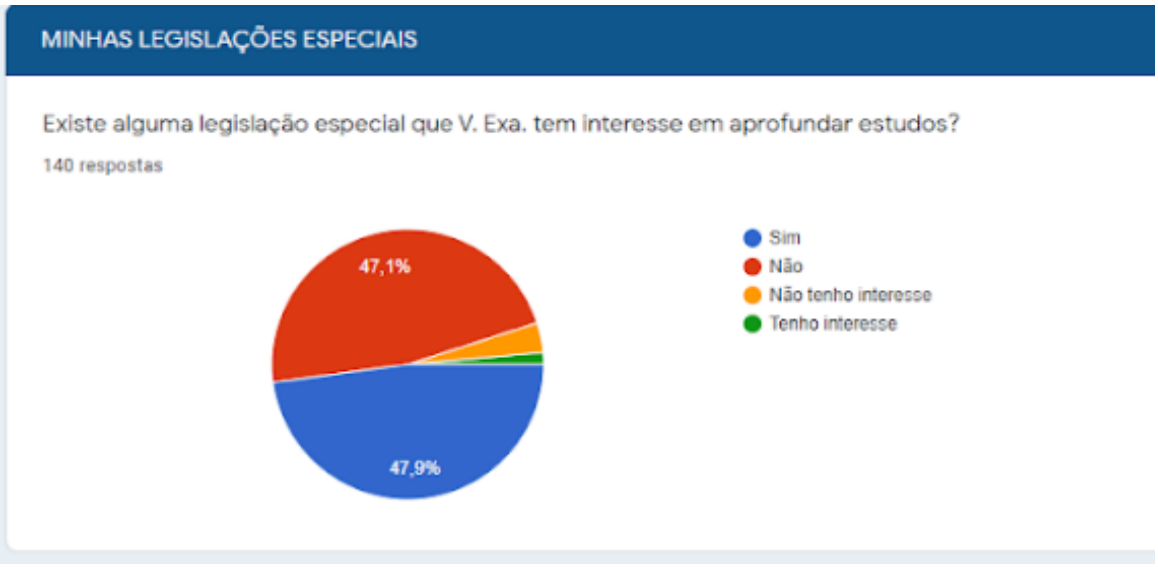

Figura 2- Imagem ilustrativa do interesse em aprofundamento em legislações especiais para cursos de aperfeiçoamento de magistrados. Pesquisa realizada em fevereiro/março de 2021 pelo DEAMA-EMERJ. Total de 145 magistrados respondentes. Universo: Magistrados do TJRJ.

Entre as legislações mais solicitadas em respostas discursivas estão:

LGPD; Lei dos Planos de Saúde; Pacote anti crime; Nova Lei de Recuperação e Falência; Direitos dos Idosos; Convenções Internacionais e controle de convencionalidade; LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018; Licitações, contratos públicos, improbidade administrativa; LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017; Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Projetos de lei sobre desjudicialização e tutela coletiva; Lei 12.850/2013 (Organização Criminosa); Lei de Registros Públicos e lei recentes que modificaram a disciplina de parcelamento de solo e regulação de contratos imobiliários; Lei de Falências; Lei 11.101/05; Lei 13465/17; Normas de conteúdo econômico; ECA e Lei do SINASE; Rol da ANS; LEI 9099/95; Legislação de crise e controle de jurisdicional de atos decorrentes da pandemia; Leis de propriedade industrial e de Direito Autorais (9.279/96 e 9.610/98); Lei 7347/85 - Ação Civil Pública;

3. MODALIDADE DOS CURSOS

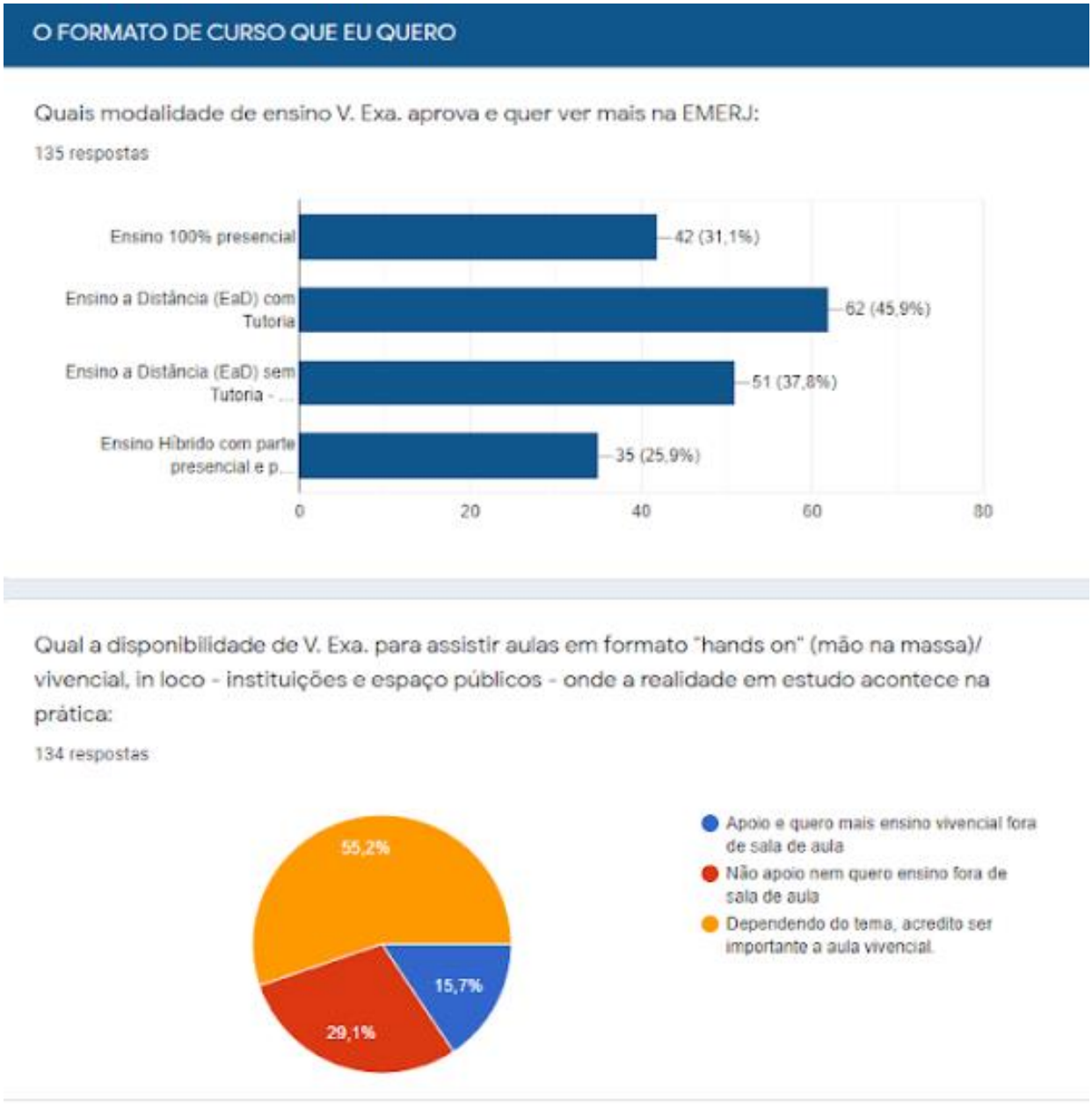

Figura 3- Imagem ilustrativa da preferência em formato de curso e do interesse em aula vivencial no aperfeiçoamento de magistrados. Pesquisa realizada em fevereiro/março de 2021 pelo DEAMA-EMERJ. Total de 145 magistrados respondentes. Universo: Magistrados do TJRJ.

4. TEMAS PARA APRENDER FORA DE SALA DE AULA

Entre os temas que os magistrados e magistradas desejam aprender em atividade "mão na massa" exterior à sala de aula estão:
Questões fundiárias, moradia, posse; Execução penal; Ocupações rurais e Urbanas; Presídios; Unidades socioeducativas; Círculos de Justiça Restaurativa; CREAS, CRAS, instituições de acolhimento; instituições do DEGASE; abrigos; instituições de cumprimento de medidas socioeducativas; Centros de Mediação; Centros Comunitários de Resolução de Conflitos (incluídos os criminais) e ambiente empresarial; instituições e agentes políticos e gestão executiva fora do Judiciário; Instituições financeiras; Locais de baixa renda; Previ-rio; PROCON; Rede SUS; Meio ambientes e ecossistemas; Instituições de saúde mental; Clínica de dependentes químicos; Museus com temas pertinentes; Asilos de idosos; Rede de proteção de violência doméstica; Instituições de Pesquisa, Ciência e Tecnologia; Serviços de subregistro; Encontros com narrativas de minorias

25% dos magistrados e magistradas do TJRJ que participaram desta pesquisa compreendem que aula vivencial deve ser um complemento facultativo ao juiz/aluno.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2021.

Prof. Rafaela Selem Moreira
e Equipe DEAMA - EMERJ